



Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Curso de Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

**A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NOS PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE
ESTUDANTES COM TEA**

THAYLLA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Codó
2022



Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Curso de Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

THAYLLA RIBEIRO DE OLIVEIRA

A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NOS PROCESSOS DE PRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM TEA

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura Plena da Universidade Federal do Maranhão/UFMA – Centro de Ciências de Codó, como requisito final para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora

Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira

Codó

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ribeiro de Oliveira, Thaylla.

A Contribuição da Família nos Processos de Aprendizagem de Estudantes com TEA / Thaylla Ribeiro de Oliveira. - 2022.

16 p.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó - UFMA, 2022.

1. Educação Inclusiva. 2. Intervenção Docente. 3. TEA. I. Almeida de Oliveira, Kelly. II. Título.

THAYLLA RIBEIRO DE OLIVEIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM
DE ESTUDANTES COM TEA**

Artigo apresentado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal do Maranhão - Campus de Codó, como requisito final para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira (UFMA)
Orientadora

Profa. Dra. Cristiane Dias Martins da Costa (UFMA)
1° Examinadora

Prof. Dr. Otávio Santos Costa (UFMA)
2° Examinador

INTERVENÇÃO DOCENTE EM PROCESSOS DE APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM TEA

Thaylla Ribeiro de Oliveira

RESUMO

O presente artigo tematiza o conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA), algumas de suas características, as leis que o amparam diante de processos de inclusão na escola e a intervenção da/o professor/a em processos educacionais de cada estudante com TEA. Com a questão de pesquisa que intervenções docentes são desejáveis em processos de aprendizagem de estudantes com TEA? objetivamos compreender como se dá o processo de aprendizagem de estudantes com TEA; analisar como a família pode contribuir de forma significativa nesse processo; relatar como a família pode participar das práticas pedagógicas que cercam o processo de aprendizagem de estudantes com o espectro. As/Os autoras/es priorizadas/os como fundamentação teórica foram: Bosa (2002), Lima (2015) e Mendes (2006). A abordagem utilizada é qualitativa com estudo de caso de uma criança com o TEA. Na pesquisa participaram a tia da criança, dando suas contribuições sobre a rotina diária da mesma, seu comportamento, o modo em que interage com sua família e com seu meio social. Atualmente, esse tem sido um desafio para a inclusão escolar, pois, embora se fale muito de garantia de direitos, da educação inclusiva e da necessidade de uma escola como acolhedora, ainda há defasagens quanto aos regulamentos, formação docente. Fatores esses que contribuem para que a política de inclusão seja revista.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. TEA. Intervenção docente.

ABSTRAC

This article discusses the concept of Autism Spectrum Disorder (TEA), some of its characteristics, the laws that support it in the face of inclusion processes at school and the intervention of the teacher in the educational processes of each student with TEA. With the research question which teaching interventions are desirable in the learning processes of students with TEA? we aim to understand how the learning process of students with TEA takes place; analyze how the process of teacher training occurs to serve this public; identify desirable pedagogical practices and verify the challenges and strategies that surround the learning process of students with the spectrum. The authors prioritized as theoretical foundations were: Bosa (2002), Lima (2015) and Mendes (2006). The approach used is qualitative with a case study of a child with TEA. The child's aunt participated in the research, giving her contributions on her daily routine, her behavior, the way she interacts with her family and with her social environment. Currently, this has been a challenge for school inclusion, because, although there is a lot of talk about guaranteeing rights, inclusive education

and the need for a school to be welcoming, there are still lags regarding regulations, teacher training. These factors contribute to the review of the inclusion policy.

Keywords: Inclusive Education. TEA. Teaching intervention.

TEA: INICIANDO UM DIÁLOGO

Ao longo do curso de Pedagogia e com experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado de Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMECTI) de Codó Maranhão/MA, desenvolvemos afeição pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA). A forma com que era abordado pela equipe multidisciplinar do setor de Assistência ao Educando nos fez enxergar o quanto seria proveitoso estudar sobre o assunto e escrever sobre ele. Desse modo, a escrita desse texto se fez de extrema importância para aquisição da realização profissional e acadêmica, pois o tema foi protagonista durante todo o período da formação em Pedagogia.

Durante a disciplina de Práticas e estratégias educacionais interdisciplinares na Educação Especial ministrada por um professor do curso de Pedagogia da UFMA/Campus Codó, esse objetivo ganhou mais força. Ao mesmo tempo, desenvolvemos o Estágio Supervisionado em Educação Infantil e em Educação Especial. Tivemos o prazer de conhecer uma criança autista que ganhou um espaço especial em nosso coração. Ao reunir todos esses episódios de nossa trajetória acadêmica e profissional, num período marcado por fortes emoções acerca da conclusão do curso, tivemos mais certeza de que queríamos construir o trabalho de conclusão de curso sobre TEA. Aceitamos a difícil missão de desenvolver uma pesquisa sobre o TEA e, escrevendo sobre assunto, pôr em prática todas essas experiências.

Com leituras acerca do tema, observamos alguns comportamentos atípicos em um de nossos familiares. Isso desvelou a possibilidade de termos um caso de TEA na família. No entanto, para que isso se confirme, inclusive com laudo médico, é necessário que a família faça as intervenções necessárias.

O TEA vem se tornando cada vez mais presente no cotidiano escolar. No entanto, nem todos os profissionais da educação e a sociedade, de forma geral,

conhecem esse transtorno. Esse fato deixa lacunas que precisam ser preenchidas para que as pessoas acometidas por ele possam ter educação de qualidade.

A falta de conhecimento causa muitos problemas no desenvolvimento da criança com TEA. Seja no processo de aprendizagem ou na sua interação social, que por sua vez, é uma das principais características do Autismo. Considerar a existência desse distúrbio do neurodesenvolvimento significa buscar conhecimentos sobre o tema, principalmente para um/a profissional da educação.

A ciência, por meio de pesquisas recentes, tem contribuído significativamente com o diagnóstico e embasamento teórico para esclarecer aos profissionais que buscam conhecer sobre o autismo. Porém, é cada vez mais crescente a necessidade de formação continuada de docentes. A escola em parceria com as demais institucionais educacionais como as Universidades, precisam promover essa qualificação com recursos oriundos de políticas educacionais comprometidas com a inclusão de todas as pessoas.

Desse modo, o artigo tem como questão de pesquisa **que intervenções docentes são desejáveis em processos de aprendizagem de estudantes com TEA?** Objetivamos compreender como se dá o processo de aprendizagem de estudantes com TEA; analisar como a família pode contribuir de forma significativa nesse processo; relatar como a família pode participar das práticas pedagógicas que cercam o processo de aprendizagem de estudantes com o espectro.

As/Os autoras/es utilizadas/os como fundamentação teórica foram: Bosa (2002) que apresenta contribuições sobre atenção compartilhada e identificação precoce do TEA; Lima (2015) que tece considerações sobre o TEA infantil; e, Mendes (2006) que tematiza a radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil, sobretudo, na Sociedade Brasileira de Pediatria.

A metodologia utilizada para desenvolver o estudo foi o Estudo de caso sobre o cotidiano de uma criança com TEA, na perspectiva de uma familiar. Podemos observar que uma criança com o TEA, não pode ser vista como algo que foge da realidade. Algumas delas conseguem desenvolver-se alcançando qualidade de vida. Ariel¹ é muito inteligente, consegue absorver todo o conteúdo de sala de aula sem necessitar de práticas pedagógicas diferentes do restante da turma. No entanto,

¹ Nome fictício que adotamos para preservar a identidade da criança.

ainda não consegue se relacionar muito bem com as outras crianças, já que é algo que deve ser trabalhado dentro de suas próprias condições.

Assim, o texto foi organizado em seções. A primeira apresenta a contextualização inicial acerca do tema, questão de pesquisa, objetivos, fundamentação teórico-metodológica e estrutura do texto. Na segunda seção, discorreremos sobre a metodologia que compõe nossa pesquisa. Na terceira seção, comentamos sobre o conceito de TEA na perspectiva neuropsicológica, conceituando o espectro, as características destes, os direitos legais constituídos. Na quarta seção, descrevemos o cotidiano de uma criança com TEA e realizamos a análise da inclusão escolar de crianças com o espectro. Por último, tecemos algumas considerações.

PERCURSO METODOLÓGICO

Podemos caracterizar nossa pesquisa como qualitativa e descritiva, pois nos preocupamos com o processo e não simplesmente com os resultados ou o produto. Nosso interesse está “em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias” (GODOY, 1996, p. 63). Além disso, podemos descrever como ocorrem todos esses processos.

Optamos pelo Estudo de Caso como método, porque é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais, porque se refere “à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (VENTURA, 2007, p. 384). Consideramos que esta seja a metodologia mais adequada para acompanhar a realidade de uma criança com TEA.

A criança observada se chama Ariel. Ela possui quatro anos e estuda no CMEI Criança Feliz². É uma criança extremamente inteligente e, segundo os relatos do familiar, começou a apresentar alguns traços de TEA aos três anos de idade.

Iniciamos, então, com um estudo bibliográfico, com pesquisas teóricas a cerca do TEA. Na etapa de campo, utilizamos como técnica de coleta de dados uma

² Nome fictício para preservar a identidade da instituição.

entrevista com um familiar da criança, que relatou sobre o cotidiano da mesma. Os relatos fornecidos foram relacionados às observações da pesquisadora nos momentos de convivência com a criança. Os resultados obtidos foram analisados e dispostos em forma de texto.

O TEA EM SEUS ASPECTOS CONCEITUAIS

A função do sistema nervoso é executar, conservar e manter a propriedade geral dos sistemas mecânicos, como por exemplo, o equilíbrio, dar movimentos aos membros, além de contribuir com os dispositivos de amortecimento dos choques e sinapses nervosas, beneficiando os outros sistemas. É importante que esses sistemas trabalhem de forma ritmada e se, por acaso, um grupo estiver deficiente pode trazer sérios problemas mecânicos e neurológicos (ANDRADE, 2013). O sistema nervoso caracteriza-se por apresentar segmentos que estão intimamente ligados e dependentes. Quando essas estruturas estão sem nenhum comprometimento, exercem funções benéficas ao corpo.

O Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento conceitua o TEA (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019, p.1.), como:

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos. Esses sintomas configuram o núcleo do transtorno, mas a gravidade de sua apresentação é variável¹. Trata-se de um transtorno pervasivo e permanente, não havendo cura, ainda que a intervenção precoce possa alterar o prognóstico e suavizar os sintomas.

Em outras palavras, podemos afirmar que o TEA é um transtorno no desenvolvimento neurológico, e não uma doença, como antes era concebido. Esse pensamento perpetua até hoje na sociedade, mesmo que pesquisas mostrem o contrário e estejam cada vez mais acessíveis à população.

O TEA pode-se apresentar de duas formas: o autismo agudo e o autismo crônico. Não existe uma única causa, mas às vezes, ele está associado a uma anormalidade no sistema nervoso durante o período gestacional. O autismo agudo tem como característica várias deficiências nos aspectos motor e cognitivo, já o

autismo crônico pode trazer sérios problemas ao desenvolvimento do ser humano, em especial, dislexia na aprendizagem (LIMA, 2015).

Historicamente, procura-se a maneira mais adequada de fazer intervenções em casos de pessoas com TEA, desde os processos de inserção até meios mais complexos que utilizam medicamentos. Os transtornos causados pelo autismo são inúmeros pelo fato de que sabemos muito pouco sobre sua ocorrência, manifestação e intervenção.

Diante de inúmeras interrogações sobre o TEA, percebemos que a criança com autismo necessita de uma atenção diferenciada. No entanto, algumas podem ser incapazes de aprender o que lhe é ensinado.

As Perturbações do Espectro do Autismo (PEA) designam uma condição responsável pela perturbação de três áreas fundamentais do ser humano: a Comunicação, a Socialização e a Imaginação – a designada *Tríade de Wing ou Tríade de Dificuldades* – a qual condiciona, desta forma, a interação do indivíduo com o seu meio e com os outros (ATUNES, 2014).

As pessoas que possuem o transtorno, em seu estágio mais comum, apresentam dificuldades nessas áreas, no entanto, atualmente existem pessoas que já conseguem desenvolver essa condição com mais facilidade, seja por intervenções iniciadas precocemente ou pelo transtorno apresentar outras variações. De fato, a interação social do aluno com TEA afeta a vida do mesmo e provoca gatilhos que se não trabalhados podem gerar traumas irreversíveis, já que a sociedade necessita conhecer o espectro e não o tratá-la como doença, incapacidade e preconceito.

CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O TEA tem origem nos primeiros anos de vida e apresenta uma série de características. Em algumas crianças, os sintomas são aparentes logo após o nascimento e podem ser observadas por pessoas que não conhecem o mínimo sobre o assunto. Outras só podem ser confirmadas mediante um estudo clínico mais aguçado. Na maioria dos casos, no entanto, os sintomas do TEA só são identificados entre os 12 e 24 meses de idade.

Geralmente, as/os recém-nascidas/os apresentam algumas características do transtorno, como: não olhar nos olhos da mãe no momento da amamentação.

Todavia, crianças típicas também costumam não responder a estes estímulos o que acaba dificultando muito a percepção da família e a conclusão de um diagnóstico.

A criança com autismo segundo Bosa (2002) possui características atípicas em seu desenvolvimento como, por exemplo, déficits na comunicação e na interação social e comportamento padronizado. Muitas vezes, são retratados de maneira caricaturada apenas como não comunicativos e não interativos. Dentre as características gerais, estas são os mais comuns. Porém, o transtorno se apresenta de outras formas como: atrasos na motricidade fina e grossa. Há casos em que as crianças demoram a aprender a andar ou andam na ponta dos pés.

Algumas crianças apresentam seletividade alimentar, que é a recusa que as mesmas tem por determinados alimentos e apreço por uma em específica, ou pela cor dos alimentos. Outras, não gostam de cortar o cabelo e outras são seletivos com roupas. Essas disfunções sensoriais poderão prejudicar seu suas atividades cotidianas se não forem feitas intervenções necessárias.

Atualmente, existem várias pesquisas que trazem contribuições importantes para a compreensão do comportamento atípico dessas crianças. Contudo, o diagnóstico do transtorno pode demorar anos. Isso ocorre pela grande variedade de características que cada criança apresenta. A demora no diagnóstico traz consequências significantes na vida das pessoas com TEA e em suas famílias. Quando as intervenções são iniciadas precocemente, mais chance haverá de os autistas terem uma vida melhor. Estarão mais preparados para conviver em sociedade. Infelizmente, ainda há muito preconceito para com as pessoas com TEA por parte dos indivíduos que desconhecem o espectro, tratando-os como pessoas doentes, antissociais e incapazes.

DIREITOS LEGAIS DAS PESSOAS COM TEA

As pessoas com TEA possuem características similares. Nesse sentido, podemos situar seus direitos, conjecturados, na Constituição Federal de 1988 e outros dispositivos legais nos âmbitos estadual e municipal. Além disso, todos os pressupostos previstos para pessoas com algum transtorno ou deficiência podem ser referenciados na Lei nº 7.853/89, que trata sobre o apoio as pessoas com deficiência e sua integração social; Lei nº 12.764, a Lei Berenice Piana, de nº 12.764/12, criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com

Transtorno do Espectro Autista, que reconhece que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Lei nº13.370/2016, que dispõe sobre as reguladas em legislações vigentes que promovem a redução de jornada para servidor público com filho com espectro autista; Lei 10.048/2000 que preceitua sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência. O Brasil também é signatário de vários acordos internacionais que garantem os direitos sociais a todas as pessoas, como a Convenção das Nações Unidas em relação às garantias e direitos de pessoas com algum tipo de deficiência ou transtorno. Além disto, as crianças com TEA possuem amparo legal no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90 e, quando adultas e idosas têm seus direitos sociais resguardados pelo Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741/2003.

Além das previsões legais, algumas instituições atuam diretamente na inclusão social e educacional de pessoas com TEA. Este é o caso do Centro de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE). Entidade que oferece apoio ao processo de incorporação de estudantes com autismo nas redes de ensino, preparação aos docentes e aos demais especialistas que atuam na Educação Especial.

A educação é um direito universal, todos tem o direito ao acesso e permanência seja na Educação Básica seja na Educação Superior, fortemente garantidas na Constituição Federal. A escola como instituição integradora deve oferecer condições para que as/os estudantes sejam acolhidas/os da melhor forma possível.

Embora os direitos das pessoas com TEA sejam garantidos por lei, isso não é o acontece. Para que haja a integração social e inclusão educacional das pessoas com TEA, deve haver compromisso e seriedade por parte dos gestores de recursos financeiros, dos executores de políticas públicas e de todo o corpo docente. Esses direitos não divergem da escola pública para privada. Ambas, como instituições educativas que são, devem promover a inclusão de todas as pessoas.

ARIEL: UM RELATO

Ariel apresentou seus primeiros sinais de TEA nos primeiros anos de vida. Não apresentava medo diante de situações perigosas. Consideramos algo anormal

e ficamos apreensivos e vigilantes com Ariel. No entanto, esses comportamentos nunca chamaram a atenção pra que se desconfiássemos do espectro.

Ariel, na maioria das vezes, se mostrava sorridente e com bastante energia durante o dia. Seus comportamentos que foram ofuscados com a apresentação das telas – celular, principalmente. A partir daí, foi se retraindo e para a família era só mais um caso de uma criança viciada em celular. O tempo passou e Ariel, que era o único “bebê” da família, até então, perdeu seu posto com a chegada de mais um irmãozinho. As atenções passaram a estar voltadas somente para o mais novo membro da família. Foi quando houve uma situação específica que segundo o familiar, abriu os olhos para a possibilidade de Ariel ter o espectro.

Várias vezes, achamos que Ariel não tinha TEA e que era só uma criança hiperativa, mas, em determinadas situações, a família permanecia com a dúvida. Sabíamos que as características do TEA são variáveis, deixando o diagnóstico cada dia mais difícil. Em meio a essas incertezas, o correto a se fazer era buscar um profissional. No entanto, nossa família negligenciou isso, fazendo passar despercebido e agravando a situação.

Ariel sempre foi muito inteligente, e mostrava isso desde os primeiros sinais de fala, ao fazer as tarefas que a escola mandava. Seu primeiro ano na escola foi ano de pandemia. Para essas atividades, ele sempre contava com a ajuda de sua avó que, inclusive é professora há mais de trinta anos. Com sua vasta experiência, notou suas habilidades ao realizar as tarefas e contribuiu para que Ariel se desenvolvesse cada vez mais.

A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM TEA E A INTERVENÇÃO DOCENTE EM PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

A educação inclusiva é a prática da inserção de todas as pessoas independente de deficiência, origem socioeconômica, diferença cultural ou religiosa, étnica ou de gênero. Promover a inclusão, nesse sentido, significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica em quebra de paradigmas, em reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual, o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e necessidades.

Assim, a integração escolar não era concebida como uma questão de tudo ou nada, mas sim como um processo com vários níveis, através dos quais o sistema educacional proveria os meios mais adequados para atender as necessidades dos alunos. O nível mais adequado seria aquele que melhor favorecesse o desenvolvimento de determinado aluno, em determinado momento e contexto. Percebe-se nessa fase o pressuposto de que as pessoas com deficiências tinham o direito de conviver socialmente, mas que deviam ser, antes de tudo, preparadas em função de suas peculiaridades para assumir papéis na sociedade (MENDES, 2006, p 391.).

No entanto, para que realmente haja a inclusão destas pessoas não basta somente oferecer vagas e ter acolhimento. A/O estudante com TEA precisa se desenvolver aprendendo. Ela/e não necessita de um espaço físico ampliado, mas, a instituição deverá tomar alguns cuidados em relação ao ambiente escolar para atender suas necessidades específicas.

A/O professor/a tem um papel significativo nesse processo. Como terá mais contato com a criança com TEA, ela/e desenvolverá laços afetivos, sejam bons ou ruins. Sua prática pedagógica deverá incluir a criança com TEA nas atividades comuns em sala de aula, promovendo assim de fato a inclusão escolar.

Até recentemente, somente os professores que possuíam um interesse pela Educação Especial é que se dirigiam para a formação específica e depois, obviamente, faziam escolhas profissionais ou não que envolviam a Educação Especial. Infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através dos programas de formação continuada (ALVES; LISBOA, 2010, p 11.).

O processo de inclusão de uma criança com TEA na escola ainda é um assunto delicado. A realidade é que existem professoras/es que ainda tratam o espectro como doença e problematizam a sua presença em sala de aula. Por mais que os direitos destas pessoas estejam garantidos em lei, a realidade das escolas e dos profissionais que fazem parte delas, é que não estão preparados para contribuir no processo de socialização e construção dos conhecimentos dessas crianças.

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento concede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Diante de uma inclusão adequada, mesmo com a criança apresentando deficiências cognitivas importantes e dificuldades em relação aos conteúdos do currículo da educação comum, ela pode ser beneficiada com as experiências sociais (MARTO, 2018, p. 34).

A maneira com que a/o professor/a intervém em sala de aula é um dos principais fatores que contribuem para o sucesso e o fracasso escolar dessas crianças. O modelo tradicional que as escolas seguem tende a encaminhá-las para o fracasso escolar. Padrões quantitativos de ensino conduzem à evasão escolar desse alunado. De fato, a/o professor/a deve levar em consideração o processo de aprendizagem de cada estudante e utilizar metodologias para isso.

Para uma inclusão efetiva, é fundamental a formação continuada da/o professor/a, para atuar como mediador/a de aprendizagens (PIMENTEL; FERNANDES, 2014). Para tanto, são necessárias políticas públicas que garantam essas formações para estes profissionais. Contudo, fica claro que o sistema de ensino deve se atualizar quanto a estas questões. De maneira geral, são ofertadas poucas disciplinas nos cursos de formação de professoras/es para atuar nessa modalidade.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com este estudo compreendemos que o TEA é um transtorno com características extremamente variadas. É inegável que a criança autista manifesta déficits na área social, na fala e interlocução, no agir cotidiano e em sua consciência.

Não carecemos pensar no TEA como alguma coisa distante e condenada ao afastamento promovido por escolas especializadas, pois atualmente cresceu o número de diagnóstico do transtorno. No entanto, ainda há desinformação a cerca do tema e por consequência desta o preconceito, conviver com o espectro na sociedade ainda é desafiador visto ao capacitismo que se faz presente na mesma e, inclusive, na escola.

Contudo, é notório que uma criança com TEA tem limitações em relação a outras crianças que não possuem nenhum transtorno, porém, essas limitações não são e nem pode ser considerado como doença, mas sim como uma pessoa que tem características e comportamentos diferentes. O TEA não deve ser considerado como algo ruim que é ou não um castigo para seus pais, não é sinônimo de incapacidade, são pessoas com transtornos neurológicos e, que por isso, tem comportamentos divergentes.

Por fim, consideramos que este trabalho traz contribuições importantes sobre o que é, algumas características, seus direitos legais e a inclusão destes nas

escolas. O mesmo enfatiza o TEA como um transtorno e não como doença como o assunto é colocado no meio social. Através deste se pode conhecer mais o referido transtorno e destacar que a/o professor/a como mediador/a de conhecimento tem atribuições significantes no processo de inclusão escolar. A escola como acolhedora, é interessante que capacite todos do corpo escolar para receber estes alunos e que despoje de um ambiente em que o mesmo se sinta acolhido.

Referências

ANDRADE, Cláudio Roberto. **Reflexões e projetos de intervenção**. Porto Alegre. Editora Artmed, 2013.

ATUNES, Joana Filipa. **A Comunicação nas Perturbações do Espectro do Autismo**. Instituto Politécnico de Castelo Branco Escola Superior de Educação. Castelo Branco, 2014.

ALVES, Marcia; LISBOA, Denia; LISBOA, Denise. **Autismo e Inclusão Escolar**. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade ISSN 1982-3657. Sergipe, 2010.

BOSA, E. **Atenção Compartilhada e Identificação Precoce do Autismo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1996.

LIMA, Francisco da Silva. **Autismo infantil**. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Revista Brasileira Psiquiatria. São Paulo, 2015.

MARTO, Luís da Costa. **Avaliação de crianças pequenas em processo de educação inclusiva através do protocolo AP3**. 2018.

MENDES, Eniceia. **A radicalização do Debate sobre inclusão Escolar no Brasil**. Revista Brasileira de educação. São Paulo, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de Orientação:** Transtorno do espectro do autismo. Departamento Científico do desenvolvimento e do Comportamento. Nº 5. Porto Alegre 2019.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.